

O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL PARA EFICÁCIA NAS COMPRAS PÚBLICAS: ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PCA NA SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA DO RN.

Lucimara Torres dos Santos Osório

RESUMO

Para a administração pública o planejamento intensifica o uso correto dos recursos públicos e otimiza a eficácia das prestações de serviços prestados à sociedade. O planejamento das compras e contratações, na área da Saúde Pública, é de suma importância por impactar diretamente a atividade econômica, influenciar toda a organização e o ciclo socioeconômico, o prestador de serviço e o usuário final. Por esse motivo é primordial um adequado planejamento para eficiência no processo das compras públicas, haja vista o poder de compra do Estado, além de municiar bens e serviços necessários à administração pública.

O plano de contratações anual (PCA) é uma ferramenta essencial para a gestão de compras públicas, ele consiste em um documento detalhado que lista todas as aquisições que o órgão ou entidade pretende realizar ao longo do ano. Esse planejamento é crucial para garantir a eficiência dos processos de compra, evitando gastos desnecessários e garantindo a transparência na utilização dos recursos públicos.

Palavras-chave: Planejamento; compras; PCA

Natal/RN, 22 de novembro de 2024.

1. INTRODUÇÃO

Diante do atual cenário, com atenção da Administração pública voltada ao planejamento e controle das compras públicas, uma nova norma sobre Licitação e Contratos Administrativo foi instituído pela Lei nº 14.133/2021, trazendo uma série de inovações e uma das modificações mais significativas para o planejamento das compras públicas é a elaboração do Plano de Contratação Anual (PCA), que é o documento que consolida todas as compras e contratações que o órgão ou entidade pretende realizar ou prorrogar, no ano seguinte, e contempla bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação (BRASIL, 2021).

O PCA consolida todas as compras e contratações das entidades, porém a sua inserção acarreta um aumento na carga de trabalho dos setores requisitantes e dos setores envolvidos, demandando um mapeamento antecipado das demandas e exigindo que as áreas interessadas antecipem seus planejamento, num cenário onde a grande maioria das unidades não possuem estrutura administrativa adequada, a sua implantação e monitoramento exige acompanhamento, cobrança, cumprimento de prazos, uma atenção e um cuidado minucioso da cúpula gestora, alinhando as demandas com a capacidade operacional do órgão, além da disponibilidade dos recursos orçamentários.

Diante disto, a pesquisa remeterá a compreender o modelo de estrutura à implantação do Plano de Contratação Anual e seu monitoramento, analisando o modelo proposto pela Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte - SESAP/RN, cuja competência é formular, coordenar e implementar a política estadual de Saúde, assegurando ações e serviços para a atenção integral e equitativo à saúde, proporcionando assim uma melhor qualidade de vida a população do Estado.

Deste modo, atendendo a legislação específica e sua obrigatoriedade para os anos seguintes, faz-se entender o PCA como um instrumento da gestão, quanto ao cumprimento do planejado ao resultado eficaz da implantação e seu constante monitoramento para sanar possíveis falhas no planejamento.

2 OBJETIVOS

Esta pesquisa tem como objetivo geral: Analisar o modelo aplicado do PCA no levantamento de demandas das necessidades, para otimizar o seu processo de planejamento. Como objetivos específicos:

- a) identificar as práticas de planejamento implementadas na instituição;
- b) identificar as mudanças com o Plano de Contratação Anual na utilização dos recursos públicos da SESAP;
- c) Monitorar a contabilização das demandas com a capacidade operacional das unidades.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COMPRAS GOVERNAMENTAIS

A relevância das compras públicas no cenário nacional é imprescindível, por tratar-se de aquisições de bens e serviços indispensáveis à administração pública. A função compras reger princípios, norteados por leis específicas, e por muitas vezes possui sua complexidade na realização dessas compras. Por sua vez, Chiavenato (2014) define compras como um processo no qual interagem o setor competente e os fornecedores externos com a finalidade de prover a cadeia de suprimentos da organização.

As compras públicas compreendem as contratações de bens e serviços realizadas mediante critérios estabelecidos pela legislação, com observância ao preço econômico, qualidade e celeridade, visando suprir os órgãos durante o desempenho de suas atividades-fim (FERRER, 2015a). Com tal característica, Barcellos e Mattos (2017) demonstram que ao contrário do que ocorre nas instituições privadas, a administração pública, ao necessitar adquirir bens, alienar, contratar mão de obra para execução ou outros serviços, obriga-se a seguir um procedimento administrativo rigoroso, de acordo com a lei.

Conforme definição da nova Lei de Licitação nº 14.133/2021, artigo 6, incisos X e XI, compra é “aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento” e serviço “atividade ou conjunto de atividades

destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração”.

Dessa forma, para uma melhor gestão, Chiavenato (2014) evidencia o quanto é importante manter um histórico das compras efetuadas com dados referentes à qualidade, prioridade, cumprimento dos prazos de entrega, conformidade, preços, avaliação do fornecedor. Pois, tais dados obtidos permitem um bom e estruturado planejamento das futuras aquisições, corroborando para definições de melhor recurso a entendida pública, além de manter uma relação com os prestadores de serviços. Tal medida possibilita estabelecer critérios quanto ao histórico do material e quanto o fornecedor.

2.2 GOVERNANÇA PÚBLICA

A governança pública, é um tema corrente e tem sido cada vez mais discutida na literatura, com foco no planejamento e controle, tanto interno quanto externo, e principalmente no controle social. A promulgação da Lei nº 14.133 em 1º de abril de 2021 elevou a governança a um novo patamar de importância, destacando sua prática como essencial na gestão pública, especialmente nas contratações. Essa prática resulta em eficiência e efetividade, fundamentais para a execução das políticas públicas. Promover e implementar a governança nas contratações é um desafio que requer um conjunto de ferramentas adequadas para gerenciar a complexa função de compras na administração pública, com foco na melhoria do desempenho e na eficiência dos gastos públicos.

A Portaria SEGES/ME n.o 8.678/2021, que dispôs sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, define governança das aquisições públicas como o “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão das contratações públicas, visando a agregar valor ao negócio do órgão ou entidade, e contribuir para o alcance de seus objetivos, com riscos aceitáveis” (BRASIL, 2021e, art. 2o, III).

Nesse cenário, de modernização da gestão pública, focado em resultados, planejamento, desburocratização, transparência, responsabilidade, prestação de contas e participação social, despertou a Administração para a importância estratégica nas compras governamentais.

2.3 PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

O Plano de Contratações Anual (PCA) é um instrumento que se alinha diretamente com a Lei Orçamentária Anual (LOA), podendo inclusive subsidiar sua elaboração. O PCA pode incluir uma matriz de priorização, permitindo identificar as contratações mais relevantes e orientar a tomada de decisão da gestão em relação às contratações. Isso possibilita estabelecer uma agenda cronológica para contratações e aquisições, evitando desabastecimento ou descontinuidade dos serviços contratados. Embora seja um instrumento dinâmico, passível de alterações durante sua execução, o PCA deve ser elaborado da forma mais próxima possível da realidade prevista.

Para Fenili (2018), o PCA é uma das principais inovações transformadoras no planejamento das aquisições públicas. Quando bem elaborado e implementado, ele é capaz de reduzir riscos significativos na execução das aquisições públicas, como o fracionamento de despesas, licitações repetidas do mesmo item com uso ineficiente da força de trabalho, falta de padronização e execução financeira inadequada. Além disso, promove a iniciativa para a realização de compras integradas ou compartilhadas.

A elaboração, implantação, monitoramento e, principalmente, a execução do PCA é desafiador pois possui grau de complexidade. Elaborar e executar um PCA encontram traços culturais enraizados no serviço público brasileiro e coloca à prova a escassez de estrutura e a capacidade operacional da instituição, trazendo à tona falhas comuns ao planejamento de compras públicas, no processo licitatório e a um ciclo orçamentário deficiente (FENILI, 2018).

4 METODOLOGIA

O estudo do modelo da gestão está sendo aplicado no curso de Pós Graduação em Gestão pública – UERN, a pesquisa terá natureza aplicada, onde Gil (2017) descreve a pesquisa aplicada com viés a aplicação do conhecimento para solução de problemas identificados. Já a pesquisa descritiva assume, em geral, a forma de levantamento de dados e informações e pretende descrever as características de um fenômeno (GIL, 2008). Já a exploratória se caracteriza pelo pouco conhecimento do objeto, encaminhando-se para o aprofundamento do estudo do fenômeno.

Em relação aos seus objetivos, classifica-se esta pesquisa como exploratória e descritiva. De forma geral, a pesquisa exploratória possui planejamento flexível, permitindo o estudo da temática sob diversos ângulos e aspectos distintos (PRODANOV; FREITAS, 2013), visando o esclarecimento de conceitos e ideias para a formulação mais precisa de problemas ou hipóteses a serem pesquisadas (GIL, 2008).

Quanto à abordagem, a pesquisa será qualitativa, visto que o aprofundamento do entendimento se alcançará através da investigação e interpretação de informações. Considerando que a pesquisa buscará otimizar a implantação do plano de contratação anual (PCA) numa entidade pública no caso, a SESAP/RN, será procedido o estudo de caso, no qual as fontes de pesquisa são a observação direta dos processos de compras da instituição, a consulta a arquivos públicos e entender o levantamento da necessidade de compra.

Ainda no campo dos procedimentos técnicos, serão realizados levantamento bibliográfico e pesquisa documental. Nesse sentido, a instituição pesquisada se configura como fonte principal de documentos, visto que os processos de compras são públicos.

Considerando todo o conteúdo exposto, ressalta-se que o foco principal deste trabalho é a elaboração de diretrizes para a construção de um PCA robusto, com critérios e funcionalidades que atendam às necessidades da Secretaria de Saúde Pública.

6 RESULTADOS PRETENDIDOS

O interesse em analisar o Plano de Contratação Anual, obrigatório para o ano seguinte sendo que a sua construção começa no ano vigente, surgiu a partir da responsabilidade desta pesquisadora, que atua como Agente de planejamento de aquisições e suprimentos, em contribuir com a construção do plano, vivenciando a fragilidade de um planejamento bem estruturado para uma demanda volumosa, podendo causar impacto significativo ao erário, na oferta e na continuidade dos serviços prestados.

A pesquisa encontra significância no âmbito institucional e social, pois pretende contribuir com melhorias na gestão da saúde pública, agregar conhecimento à instituição e poderá auxiliar a aplicação nos anos seguintes.

Sendo assim, há interesse da gestão sobre a aplicação e os resultados advindos da pesquisa, haja vista que o planejamento das contratações anuais se torna imprescindível, não apenas a quantificação e qualidade dos serviços, mas a própria sustentabilidade organizacional. Deste modo, a pesquisa é viável e, ainda, discorre de fator positivo por sua acessibilidade aos dados necessários ao estudo.

A processo encontra-se em construção, mas já é possível perceber a complexidade de aquisições e serviços que a Secretaria de Saúde Pública exige, tanto no volume de aquisições como na quantidade dos itens que já ultrapassam mais de oito mil itens e 77 grupos de despesas diferentes.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, B. M.; MATTOS, J.G. **Licitações e Contratos**. 1ª ed. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

BRASIL. **Lei no 14.133, de 1 de abril de 2011. Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. **Licitações e Contratos. Plano de contratação Anual**. Brasília, 2021.

BRASIL. **Portaria SEGES/ME n.o 8.678, de 19 de julho de 2021**. 2021 d. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acessoinformacao/legislacao/portarias/portaria-seges-me-no-8-678-de-19-de-julho-de-2021>.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração** - 9. ed. Editora Manole Ltda. 2014.

FENILI, Renato. **Governança em aquisições públicas: teoria e prática à luz da realidade**. 1a ed. Niterói, RJ: Impetus, 2018.

FERRER, Florencia. **Diagnóstico da situação das compras públicas no Brasil**. In: FERRER, Florencia; SANTANA, Jair Eduardo (coord). **Compras públicas Brasil**. 1.ed. Riode Janeiro: Elsevier, 2015a.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.